
Pedagogia

Amanda Caroline da Silva Messias

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL

A large, abstract geometric design in the bottom half of the page, composed of various shades of blue and white triangles and polygons, creating a complex, crystalline pattern.

Rio Claro
2015

AMANDA CAROLINE DA SILVA MESSIAS

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NACIONAL

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regiane Helena Bertagna

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2015

372.218 Messias, Amanda Caroline da Silva
M585q A qualidade da educação infantil na produção científica
nacional / Amanda Caroline da Silva Messias. - Rio Claro,
2015

54 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Regiane Helena Bertagna

1. Educação pré-escolar. 2. Indicadores de qualidade. 3.
Atendimento na educação infantil. 4. Parâmetros de
qualidade. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me incentivando.

À minha orientadora, professora Regiane Helena Bertagna, por todo apoio que me deu nesta caminhada, por realmente me orientar e pela confiança que depositou em mim.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos de turma, e a todos os professores e funcionários do Departamento de Educação que contribuíram para que minha formação se efetivasse enquanto experiência e não apenas passagem ou certificação.

A todos os funcionários deste campus da Unesp, que trabalham todos os dias prezando o bom funcionamento da universidade.

Sou imensamente grata pela oportunidade que Deus me deu ao ingresso nesta universidade e por todas as pessoas acima mencionadas pelo auxílio em nela permanecer e dar a chance de me transformar.

Obrigada!

RESUMO

A educação infantil é caracterizada como a primeira etapa da educação básica no Brasil, que é destinada ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo um direito da criança, é um dever do Estado em ofertá-la, porém a questão acerca da oferta de uma educação de qualidade, ainda é uma questão incongruente no território brasileiro. Há documentos oficiais como Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, caracterizado pelos próprios autores como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, que buscam indicar padrões para a garantia de qualidade, mesmo que de caráter mínimo, para a educação infantil. O objetivo deste trabalho é analisar e mapear dados obtidos por meio de levantamento de artigos científicos nacionais acerca da qualidade da educação infantil, artigos estes que foram selecionados a partir de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) avaliados como “A1” no ano de 2014, a pesquisa analisará os artigos disponíveis apenas online que abordem a temática do estudo, com publicação no período de 2004 à 2014. Procurou-se averiguar a discussão realizada nos artigos sobre a temática do estudo, e compreender os principais aspectos relacionados à qualidade da oferta da educação segundo os artigos científicos selecionados, atentando-se para as discussões relacionadas às políticas de qualidade para a educação infantil; formação dos professores, a relação escola e pais, e a participação das crianças como forma para garantir melhor atendimento. Desta forma se evidencia poucos artigos que tratam da temática e para novos temas que emergem a serem trabalhados, para ampliar e qualificar o debate sobre uma educação infantil de real qualidade para as crianças brasileiras.

Palavras-chave: Educação Infantil. Qualidade da Educação Infantil. Atendimento na educação Infantil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre os periódicos nacionais e a quantidade de artigos que abordam a temática.....	18
Tabela 2 – Distribuição de publicações dos periódicos durante o período de pesquisa (2004 a 2014).....	21
Tabela 3 – Distribuição dos artigos de acordo com os descritores utilizados.....	22
Tabela 4 – Temáticas dos artigos analisados.....	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
3 LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS EM PERIODICOS DE EDUCAÇÃO.....	18
4 ANALISANDO OS DADOS E EVIDENCIANDO AS TEMÁTICAS DO ESTUDO..	24
4.1 Políticas Públicas.....	24
4.2 Atendimento na educação infantil.....	35
4.3 Formação de Professores.....	37
4.4 Relação família e escola.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERENCIAS.....	44
ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil teve seu surgimento na Europa com a Revolução Industrial e o capitalismo, em que se deu a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, e de um espaço especializado para cuidados com os filhos destas, houve, portanto a criação de creches assumindo assim um caráter assistencialista de cuidado para com a criança. No Brasil não foi diferente com a industrialização e a necessidade de mais mão-de-obra, a mulher foi conduzida a este mercado, e por sua vez, seus filhos precisariam de cuidados enquanto estas desempenhavam seu papel, assim havendo a criação de espaços para atendimento a essas crianças, porém cada instituição a regulamentava a sua maneira e “[...] apresentava as suas justificativas para a implementação das creches, asilos e jardins-de-infância onde seus agente promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN, 1998, p.88).

Porém com o fortalecimento dos operários e maiores números de centros urbanos industrializados, as mulheres passaram a reivindicar melhores condições, principalmente para seus filhos. Foi neste momento que muitos empresários formaram creches dentro do ambiente fabril, reconhecendo nisto um lado vantajoso, pois os trabalhadores vendo seus filhos em melhores condições ficariam mais satisfeitos e, portanto, produziriam mais.

Em meados de 1970, começou-se a defender a expansão da oferta de atendimento à criança pela creche, não apenas às crianças que as mães trabalhassem, mas a todas que pertencessem às classes menos favorecidas, pois seria uma das maneiras de oferecer a estas condições minimamente adequadas de nutrição, saúde e higiene. Nesta perspectiva, a partir da década de 80, criou-se uma legislação neste sentido. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a legitimar o dever do Estado em garantir o acesso à creche, e em seu artigo 208, inciso IV que : “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1998).

Nos anos seguintes de 1994 a 1996 foi publicada pelo Ministério da Educação uma série de documentos importantes, entre eles: “Política Nacional de Educação Infantil”. Tais documentos estabeleceram as diretrizes pedagógicas e de recursos

humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento neste nível de ensino.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 – Lei nº 9.394/96, a educação infantil passou a ser incluída na educação básica, com finalidade do desenvolvimento integral da criança (BRASIL, 1996, art. 29), e assim foi garantido o acesso da criança a educação infantil, independentemente se sua progenitora ocupasse um posto de trabalho ou não.

Desde então a questão da qualidade da educação infantil vem sendo levantada. Pois a educação infantil não apresenta um sistema ou instrumento de avaliação formalizado, então como é realizada a avaliação na educação infantil? Quais são os indicadores de qualidade para a mesma? Como é sistematizado o conhecimento sobre esta temática?

De acordo com Moss (2002), definir qualidade é um processo importante por ele mesmo, o qual deve ser democrático, contínuo, que requer revisões, nunca chegando a um enunciado final. Para esse autor, o conceito de qualidade não é neutro e utilizá-lo requer como um meio de avaliação implica em fazer essa opção, ou seja, definir qualidade requer observar e escolher por caminhos específicos para defini-la.

No Brasil, foi publicado um conjunto de documentos, no âmbito da qualidade da educação infantil, sendo eles: Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 1995), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006a), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – volume 1 e 2 (BRASIL, 2006b, 2006c) e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009), que em tese procuram promover preceitos que auxiliam na concretização da qualidade para o ensino.

Na questão da qualidade da educação infantil, Dahlberg, Moss e Pence (2003) afirmam que, “como aumentou a quantidade de serviço nas instituições dedicadas à primeira infância, aumentou também a atenção dada à questão da qualidade”. Segundo eles, “[...] em toda a parte, pessoas estão buscando respostas para as mesmas perguntas: o que é qualidade? Como medimos qualidade? Como garantimos qualidade?” (DAHLBERG, MOSS, PENCE, 2003, p.12).

Segundo Neto e Rosemberg (1995), não existe consenso entre os especialistas sobre quais indicadores deve ser usados para avaliar a qualidade da educação, para eles, “[...] a avaliação deve ser feita ao longo do processo, observando certos pontos considerados críticos, através de indicadores. A definição desses indicadores dependendo do que se entende por qualidade – o que remete a discussão dos objetivos do sistema educacional” (NETO, ROSEMBERG, 1995, p. 26).

Entretanto definir parâmetros de qualidade da educação consiste em definir as finalidades e objetivos a serem alcançados através do ato de educar. Para Lima e Sales (2010). “[...] a qualidade da educação deve levar em conta as finalidades gerais da educação, o contexto em que se produz e o conjunto de seus processos”, ou seja, a qualidade da educação está vinculada a sua finalidade, para que se busca educar os indivíduos? Qual é o principal objetivo da educação? E para que garantir a qualidade?

Segundo Vasconcelos (1992), no quadro global das decisões relativas às políticas educativas, o investimento numa educação de qualidade, desde os primeiros anos, é fator de sucesso educativo e, de modo mais amplo, fator de prevenção de exclusão social.

Portanto, este estudo que se vincula ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que teve como principal objetivo mapear e analisar a temática referente a qualidade da educação infantil, a partir de periódicos científicos nacionais de educação, avaliados como “A1” – ano de referencia 2014, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante os anos de 2004 a 2014, buscando evidenciar os periódicos que continham temáticas atreladas ao estudo, no período de referencia.

Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, em que foi necessário um levantamento bibliográfico dos artigos acerca da temática do estudo, e análise dos mesmos, a pesquisa bibliográfica.

Caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. (GONSALES, 2005, p.34)

O trabalho foi organizado da seguinte maneira, primeiramente foi apresentado alguns documentos brasileiros e um breve referencial teórico acerca da qualidade da educação infantil.

No segundo item apresentou-se um levantamento qualitativo, acerca dos periódicos avaliados como “A1” pela Capes, logo após foi evidenciado os artigos que apresentavam em seu conteúdo a temática do estudo.

No item 3, foi apresentado a análise dos dados, os artigos, apontando para os temas atrelados a qualidade da educação infantil que emergiram dos artigos selecionados e analisados: Políticas Públicas; Atendimento na Educação infantil; Formação de Professores; Relação família e escola.

Considerando que a temática acerca da educação infantil é relevante se pretendeu também através deste estudo fomentar novas discussões e evidenciar as temáticas ainda pouco exploradas, para que haja aprofundamento das pesquisas acerca da qualidade da educação infantil.

2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A qualidade da educação infantil nos últimos anos tem se tornado assunto de grande destaque nas discussões governamentais e de setores da sociedade que se preocupam com o sistema educacional.

A partir disso o governo brasileiro publicou ao longo dos anos documentos em que visavam definir padrões e diretrizes para uma educação infantil de qualidade, entre eles Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, em seus volumes I e II.

Em seu primeiro volume é apresentada a mudança na concepção de criança, e educação para a primeira infância que se instaurou no Brasil, a criança antes era vista como uma página em branco em que tudo se era necessário ser ensinado a esta, e que a educação era voltada para um caráter assistencial, preocupada em garantir os cuidados com a higiene, alimentação e proteção da criança, entretanto com o avanço dos estudos nesta área, notou-se a necessidade de atenção as questões pedagógicas que envolvem o meio educacional, a criança passou a ser vista como uma cidadã de direitos, em que o ambiente educacional deveria ter os princípios de cuidar e educar como norteadores do trabalho pedagógico.

A criança sendo apoiada em sua espontaneidade e sua própria criação, assim como reafirmada em seus próprios direitos, tendo acesso a:

- à dignidade e ao respeito;
- autonomia e participação;
- à felicidade, ao prazer e à alegria;
- à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social;
- à diferença e à semelhança; • à igualdade de oportunidades;
- ao conhecimento e à educação;
- a profissionais com formação específica;
- a espaços, tempos e materiais específicos. (BRASIL,2006b, p.19)

O foco no debate acerca da qualidade da educação infantil se deu a partir da psicologia com a preocupação da separação da criança e a mãe, porém sem uma definição do que seria qualidade, partindo principio que esta é um conceito não definitivo que deve ser construído por uma coletividade de maneira democrática e participativa, no Brasil por sua vez, seria muito importante definir estes padrões de

qualidade, porém que levassem em consideração as diferenças sociais, regionais, culturais de um país de extensões continentais.

O documento também apresenta alguns resultados de pesquisa nacionais e internacionais acerca da qualidade na educação infantil, esta é apresentada como um fator muito importante para o futuro sucesso escolar do indivíduo nas demais etapas de ensino, aponta um estudo realizado por Campos (1997) em que conclui:

Resumindo as principais conclusões desses estudos, o artigo aponta para três fatores de qualidade identificados em diferentes países e contextos: a formação dos professores, o currículo e a relação da escola com a família (CAMPOS, 1997; BRASIL, 2006b, p.26)

As pesquisas relatadas no documento também apontam que uma equipe docente com melhor e maior qualificação contribuem para a elevação da qualidade da instituição de ensino, assim como o tamanho das turmas e as formas de interação e proximidade de educadores e alunos.

As crianças menos favorecidas financeiramente são as que mais ganham em termos de desenvolvimento físico, social e psicológico quando estão inseridas em escolas infantis de melhor qualidade.

Na perspectiva da legislação brasileira os ganhos se deram a partir da legislação de 1988, que reconheceu o dever do Estado em ofertar a educação infantil, sendo ela direito da criança e opção da família, entre 1994 e 1996, o MEC (Ministério da Educação e Cultura), publicou vários documentos visando a construção de uma nova visão acerca da educação infantil.

São elas: Política Nacional de Educação Infantil (Brasil, 1994a); Educação Infantil no Brasil: situação atual (Brasil, 1994b); Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil (Brasil, 1994c); Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Brasil, 1995a); Educação Infantil: bibliografia anotada (Brasil, 1995b) e Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil (Brasil, 1996). (BRASIL, 2006b, p.31)

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases em que instituía a educação infantil como primeira etapa da educação básica, com isto passou-se a exigir uma formação mínima em nível médio para os professores desta etapa de ensino, e a oferta como responsabilidade dos municípios.

No que se refere à cultura afro-brasileira, mais recentemente a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, modificou o texto da LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL, 2006b, p.38)

Em seu segundo volume, os Parâmetros Nacionais para a Educação Infantil, aponta as responsabilidades de cada nível governamental: a esfera federal, estadual e municipal em relação à educação infantil, assim como sua caracterização no contexto brasileiro, sendo elas: de caráter público, particular, comunitário, confessional e filantrópico, com dever de atender crianças brasileiras e estrangeiras sem diferenciações de acordo com sua raça, etnia, credo político e religioso e necessidades especiais.

A Educação Infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29 da LDB). (BRASIL, 2006c, p.28)

Em relação aos parâmetros propriamente ditos apresentado no documento apresenta-se algumas vertentes: em relação às propostas pedagógicas, à gestão das instituições, aos profissionais que atuam nas escolas, as relações de interação e infraestrutura.

As propostas pedagógicas devem ser baseadas em princípios éticos e morais, valorizando a criatividade e a diversidade cultural, devem ser preocupadas em ver o indivíduo por completo e garantir seu desenvolvimento em todas as áreas possíveis, tanto social, cognitivo e afetivo, elas devem também ser elaboradas em complementaridade a ação da família para se garantir melhor qualidade, percebendo e valorizando o contexto social em que a instituição de ensino se encontra e suas necessidades e potencialidades.

Os estabelecimentos de educação infantil têm e deve exercer sua autonomia na produção de sua própria proposta pedagógica direcionando-se a partir das orientações legais já existentes.

Em relação à gestão destas instituições, elas podem funcionar em período integral ou parcial, e poderá agrupar as turmas de maneira flexível, porém regulamentado por sua proposta pedagógica, e os gestores são responsáveis pelo bom funcionamento da instituição assim como o direcionamento administrativo e

financeiro da instituição e é sua responsabilidade promover a aproximação desta com os pais e a comunidade local.

Os docentes devem ser formados em nível superior, ou minimamente terem formação em nível médio, e em seu exercício da profissão deve propiciar à criança o maior número de experiências possíveis para favorecer o seu desenvolvimento, promover atividades dentro do espaço da sala de aula assim como fora dele, utilizar de atividades que sejam adequadas a cada faixa etária, incentivarem a autonomia da criança assim como a cooperação entre elas e ter atitudes não discriminatórias e agir de maneira igualitária com todos os alunos.

Quando se fala nas interações, se refere a todos os níveis dentro do ambiente escolar, uma relação de colaboração e confiança mútua entre equipe gestora e docentes, assim como entre os demais profissionais envolvidos direta ou indiretamente no âmbito educacional.

Em termos de infraestrutura, é apontado que os espaços e materiais sejam pensados para atender as necessidades das crianças, que seja um ambiente confortável e de aconchego, assim como atenda a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000), que seja um espaço também apropriado para a execução do trabalho docente, assim como para atender as necessidades das famílias.

Outro documento importante a ser relatado é Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, publicado em 2009, com o intuito de atuar como instrumento de auto avaliação para as instituições de educação infantil.

Esta publicação, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, objetiva traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho.[...]Este material foi elaborado para ser usado por instituições de educação infantil. Secretarias de Educação e Conselhos Municipais de Educação podem estimular o seu uso. Entretanto, é importante observar que a adesão das instituições de educação infantil deve ser voluntária, uma vez que se trata de uma autoavaliação. Também é importante lembrar que os resultados não se prestam à comparação entre instituições.(BRASIL, 2009, p. 15-16)

A avaliação de acordo com estes indicadores deve ser realizada seguinte certas dimensões que serão apresentadas a seguir:

Dimensão Planejamento Institucional, nesta dimensão deve se analisar se a proposta pedagógica da instituição de ensino esta de acordo com a faixa etária atendida, desenvolvida a partir do conhecimento da realidade do contexto em que a escola está, mencionando os objetivos a serem alcançados com as crianças e os meios para consegui-los, são apresentados portanto vários indicadores para se avaliar a proposta pedagógica da escola.

Dimensão multiplicidade de experiências e linguagens, a instituição de ensino deve ser capaz de propiciar diversas experiências de conhecimento e exploração do mundo, assim como o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia, sendo propostas aos alunos atividades diversificadas e enriquecedoras, sendo apresentados indicadores para avaliação neste quesito.

Dimensão interação, as interações entre alunos, e entre alunos-professores, devem ser interação formadoras e enriquecedoras, capazes de favorecer o aprendizado, sendo as formas de interação avaliadas neste item.

Dimensão promoção e saúde, é responsabilidade da instituição de educação infantil, zelar pela segurança e saúde de seu aluno, promovendo portanto ações para a prevenção de acidentes assim como de higiene, alimentação saudável e cuidados, nesta parte o documento traz indicadores acerca da avaliação do cuidado e segurança oferecido pelo estabelecimento de educação infantil.

Dimensão espaços, materiais e mobiliários, os espaços físicos são muito importantes para o desenvolvimento das crianças, assim como o mobiliário que deve ser planejado para atender as necessidades das crianças, e os materiais devem estar sempre a disposição para que as atividades possam ser realizadas com sucesso, sendo estes tópicos analisados como itens importantes para a melhoria da qualidade da educação.

Dimensão formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, a formação dos professores é de real importância para a efetivação da qualidade educacional, portanto os professores devem ter boa formação inicial e continuada, salários compatíveis à função desempenhada, boas condições de trabalho e apoio pedagógico para seu trabalho, para que a atividade docente se realize da melhor maneira possível, sendo neste item analisado os indicadores acerca da formação docente.

Dimensão cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, deve-se buscar o compartilhamento e a participação de pais e responsáveis na educação das crianças, a escola portanto tem que ser um ambiente de dialogo e atenção a estes, favorecendo a troca de experiências e a construção de uma qualidade democrática, contendo neste item indicadores acerca da relação família e escola.

Em complementariedade a isso, Zabalza (1998) apresenta dez aspectos-chave para uma educação infantil de qualidade, sendo elas: organização dos espaços, equilíbrio entre iniciativa infantil e trabalho dirigido, atenção privilegiada aos aspectos emocionais, utilização de uma linguagem enriquecida, diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento, rotinas estáveis, materiais diversificados e polivalentes, atenção individualizada a cada criança, sistemas de avaliação que permitam acompanhamento do grupo e de cada criança, trabalho com os pais e mães e com o meio ambiente, a seguir discorreremos acerca de cada tópico apresentado.

Organização dos espaços: os espaços para a educação infantil precisam ser amplos, de fácil acesso, há também necessidade de espaços para realização de assembleias, dramatização e atividades rítmicas, o espaço deve favorecer o desenvolvimento integral da criança.

Equilíbrio entre iniciativa infantil e trabalho dirigido: os professores devem equilibrar o tempo das atividades na educação infantil, dando importância a atividades planejadas que contemplem o currículo proposta para esta etapa de ensino, assim como a iniciativa e autonomia da criança em determinados momentos escolher sua própria atividade.

Atenção privilegiada aos aspectos emocionais: todo o desenvolvimento na educação infantil perpassa pelo aspecto emocional, a emoção está ligada a segurança, que a criança deve apresentar no adulto educador para que esta possa se envolver nas atividades propostas, portanto devem ser criadas oportunidades para a expressão das emoções, para que elas reconheçam cada vez mais seus sentimentos e sejam capazes de identificá-los e controlá-los.

Utilização de uma linguagem enriquecida : na educação infantil, a linguagem deve ter um espaço muito importante, estimular todas as crianças a falarem, e estar

em contato com falas cada vez mais ricas em seus contatos com os educadores, para que a criança aumente seu repertório, possibilitando novas formas de expressão, estabelecendo hipóteses e construindo fantasias, através disso.

Diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento: deve ser trabalhado todas dimensões do desenvolvimento na educação infantil, tanto a motoro, como a afetiva, a linguagem e etc, porém para isto é necessário utilizar de diversas estratégias e atividades, para que cada aspecto seja desenvolvido de acordo com suas necessidades.

Rotinas estáveis: as rotinas apresentam grande importância na educação infantil, pois possibilitam o domínio do processo a ser seguido, tendo efeitos sobre a segurança e autonomia das crianças, as rotinas devem ser baseadas na ordem e no cumprimento dos compromissos estabelecidos, favorecendo a relação adulto-criança.

Materiais diversificados e polivalentes: a sala de aula deve ser um ambiente estimulante, e o professor de educação infantil deve saber propicia-lo as crianças, devendo conter materiais de todos os tipos e formas, construídos e elaborados pelo professor, assim como objetos do meio de vida cotidiana das crianças.

Atenção Individualizada a cada criança: para a educação infantil é quase impossível pensar em uma atenção individualizada permanente, porém é necessários ter o contato individual com cada criança, apoiando-as no desenvolvimento de suas capacidades, isto favorece as experiências de integração da criança.

Sistemas de avaliação que permitam o acompanhamento do grupo e de cada uma das crianças: é necessário se ter a capacidade de planejar e avaliar os processos, diagnosticar como esta progredindo o desenvolvimento de cada criança, assim como do grupo como um todo.

Trabalho com os pais e as mães e com o meio ambiente: a participação dos pais e comunidade é fundamental, pois enriquece o trabalho educativo nas instituições, assim como em suas próprias casas, em relação ao meio ambiente é necessários que as crianças tenham contato com o meio natural, social e cultural em que estão inseridos, para que conheçam cada vez mais seus modos de vida e tornem-se mais autônomas.

Portanto a partir dos documentos brasileiros apresentados e dos estudo realizado por Zabalza (1998), podemos observar muitos quesitos a quando tratamos de estabelecer o que é qualidade da educação infantil, pretendemos enfim, com o levantamento em periódicos científicos nacionais acerca da produção nacional sobre a qualidade da educação infantil, trazer a tona, temas pouco exploradas afim de fomentar pesquisas nesta área educacional tão importante, e primeira etapa da educação básica brasileira.

2 O LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS EM PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO

O objetivo da pesquisa é mapear e analisar a produção científica nacional a cerca da qualidade da educação infantil para isto será realizada a pesquisa através do levantamento de periódicos científicos nacionais pela CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), avaliados como A1, no ano de referencia de 2014, buscando-se artigos que envolvam a temática entre os anos de 2004 a 2014.

No ano de 2014 foram apresentados 112 periódicos avaliados como A1 pela CAPES, entre eles 77 são de origem estrangeira e 36 nacionais. Considerando-se o foco da pesquisa nos periódicos nacionais (36) e ainda, contando para a pesquisa apenas aqueles que estavam disponíveis em sua versão *online*, o levantamento foi realizado com êxito, pois todos apresentavam a versão *online* para o acesso.

Dos 36 periódicos nacionais, foram verificados apenas 32, pois quatro deles eram os mesmos, porém apresentavam o ISSN (um código numérico que constitui um identificador unívoco para cada título de publicação em série) diferente (um ISSN para a versão impressa e outro para a versão *online*), sendo que dos 32 analisados apenas seis (06) deles apresentaram material sobre a temática da pesquisa, são eles: Cadernos de pesquisa, Revista Brasileira de Educação, Educação e Sociedade, Educação e Pesquisa, Pró-posições e Educar em Revista.

Depois de selecionados os periódicos (06) passaram para análise dos artigos científicos. Para o levantamento, foram selecionados os artigos de acordo com os seguintes descritores: qualidade da educação, indicadores de qualidade, atendimento, educação infantil.

Após a realização do levantamento dos artigos, se evidenciaram quais periódicos apresentavam materiais acerca da temática estudada e quantos eram os artigos conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Relação entre os periódicos nacionais e a quantidade de artigos que abordam a temática.

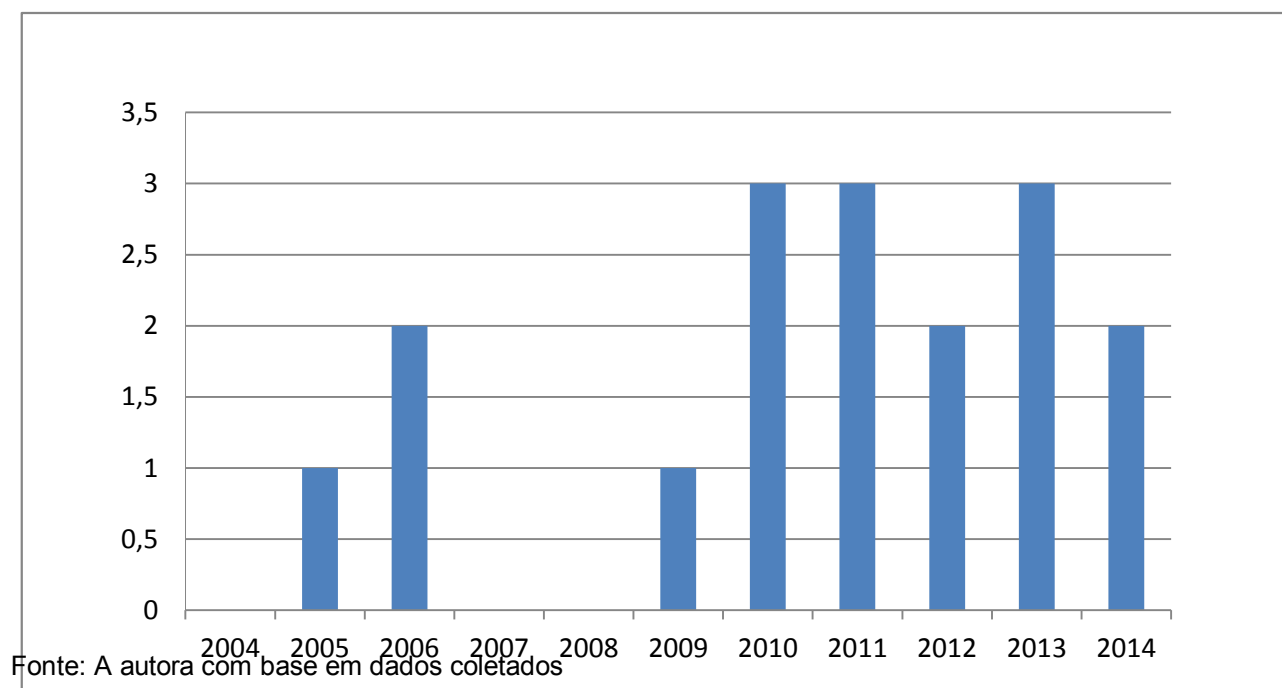
Periódicos	Total de Artigos
Cadernos de pesquisa	5
Revista Brasileira de Educação	3
Educação e Sociedade	3
Educação e Pesquisa	2
Pró-posições	2
Educar em Revista	2
Total	17

Fonte: A autora com base em dados coletados

De acordo com a tabela acima apresentada, o periódico Cadernos de pesquisa apresenta maior número de artigos sobre o tema de estudo, contendo 5 dos 17 artigos encontrados, representando aproximadamente 28% do material levantado. Em contrapartida, três periódicos apresentaram apenas 3 artigos cada sobre a temática trabalhado, sendo ele Educação e Pesquisa, Pró-posições e Educar em Revista representando aproximadamente 17% do total de material.

Diante disto, procurou-se identificar em que ano ocorreu a incidência dos artigos selecionados e foi possível realizar a distribuição conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição de artigos por ano no período selecionado da pesquisa.



O gráfico acima evidencia que o ano de maior publicação na área se deu em 2010, 2011 e 2013 totalizando 3 publicações em cada ano. Em, assim como 2005 e 2009 foi o ano com menor incidência de publicação de artigos acerca da qualidade da educação infantil, um (01) em cada ano.

Buscando-se compreender um pouco mais acerca das revistas que apresentaram artigos sobre o tema de estudo, foi realizada uma pesquisa no sítios eletrônicos dos mesmos e realizado uma síntese sobre cada periódico:

- a) **Cadernos de pesquisa:** um periódico elaborado pela Fundação Carlos Chagas, uma instituição sem fins lucrativos, que dedica-se a avaliação de competências cognitivas e profissionais e pesquisas na área da educação, e a partir de 1971, desenvolve investigações interdisciplinares, entre a relação da educação com os problemas e perspectivas sociais do país;
- b) **Educação e Sociedade:** periódico editado desde 1978 é um instrumento de pesquisa e debate sobre as questões do ensino, trazendo a tona relato de experiências pedagógicas, fontes teóricas entre outros elementos educacionais;
- c) **Educação e pesquisa:** uma revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, editada desde 1975, publica artigos inéditos de pesquisas de caráter teórico ou empírico na área educacional;
- d) **Educar em revista:** editada desde 1977 da área da educação da Universidade Federal do Paraná, é um periódico científico colocado como instrumento de interlocução entre os pesquisadores da área da educação da Universidade Federal do Paraná e a comunidade científica nacional e internacional;
- e) **Pró-posições:** editada desde 1990, é elaborada pela Faculdade de Educação da Unicamp, publica novas pesquisas e abordagens teóricas, em qualquer área do conhecimento que contribuam de maneira significativa para a Educação;
- f) **Revista Brasileira de Educação:** editada desde 1995, é elaborada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. publica artigos inéditos que abordem temáticas relacionadas à educação.

Tabela 2 - Distribuição de publicações dos periódicos durante o período de pesquisa (2004 a 2014)

Ano	Periódico	Nº de artigos	
		Por revista	Por ano
2004	-	-	-
2005	Educação e Sociedade	1	1
2006	Cadernos de Pesquisa	1	2
	Educação e Sociedade	1	
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	Pró-posições	1	1
2010	Educar em Revista	1	3
	Educação e Sociedade	1	
	Revista Brasileira de Educação	1	
2011	Educação e Pesquisa	1	3
	Cadernos de Pesquisa	2	
2012	Revista Brasileira de Educação	2	2
2013	Cadernos de Pesquisa	1	3
	Educação e Pesquisa	1	
	Pesquisa	1	
	Pró-posições		
2014	Cadernos de	1	2

	pesquisa Educar em revista	1	
--	-------------------------------	---	--

Fonte: A autora em dados coletados

A partir da tabela 2 apresentada acima, podemos verificar que as revistas apresentam em sua grande maioria apenas um artigo sobre a temática por ano, com exceção a Cadernos de Pesquisa que em 2011, apresentou 2 artigos sobre a temática do estudo. Nos anos de 2010, 2011 e 2013 foram os que apresentaram maior número de publicações sobre a temática, apresentando 3 artigos cada período no ano, assim como foi verificado que nos anos de 2004, 2007 e 2008 não apresentaram artigos em nenhuma das revistas pesquisadas sobre a temática.

Tabela 3 - distribuição dos artigos de acordo com os descritores utilizados

Periódicos	Qualidade da educação infantil	Indicadores de qualidade da educação infantil	Atendimento	Educação infantil	Total por periódico
Cadernos de pesquisa	4		1		5
Revista Brasileira de Educação				3	3
Educação e Sociedade	1			2	3
Educação e Pesquisa	1	1			2
Pró-posições	1		1		2
Educar em Revista				2	2
Total	8	1	2	7	17

Fonte: A autora com base em dados coletados

O descritor qualidade da educação infantil mostra-se como o mais abordado apresentando 8 artigos, ou seja, aproximadamente 47% do total de artigos

levantados para estudo, em seguida apresenta-se o descritor educação infantil que contém 7 artigos, e o descritor atendimento com 2 artigos, e o descritor indicadores de qualidade da educação infantil que apresenta apenas 1 artigo, sendo apenas 5% do material coletado.

Tabela 4 - temáticas dos artigos analisados

Temática	Número de artigos	Temas inclusos
Políticas Públicas	8	Constituição Federal de 1988, LDB(1996), FUNDEB, SPE(Sistemas privados de ensino)
Atendimento na educação infantil	5	Acesso desigual a creche e pré-escola, diferenças regionais, atendimento como combate a pobreza na infância
Formação de professores	2	Formação inicial e continuada, condições de trabalho, pesquisa
Relação escola e família	2	Estabelecimento da confiança, participação, compartilhamento de responsabilidades

Fonte: a autora com base em dados coletados

As temáticas apresentadas são atreladas entre si, porém faz-se necessário para a melhor análise do conteúdo dos artigos, a distribuição em diversos temas principais, a temática políticas públicas apresenta maior quantidade de material disponível, em contraposição a formação de professores e relação família e escola que apresentaram apenas dois artigos cada.

No próximo capítulo, portanto discutiremos mais detalhadamente, sobre cada temática acima citada.

4 ANALISANDO OS DADOS E EVIDENCIANDO AS TEMÁTICAS DO ESTUDO

A análise dos artigos selecionados para o estudo evidenciou os temas atrelados a qualidade da educação infantil, optamos, portanto em organizá-los em quatro subitens para a melhor compreensão sendo eles:

4.1 Políticas públicas;

4.2 Atendimento na educação infantil;

4.3 Formação de professores;

4.4 Relação família e escola.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentre os artigos levantados para o estudo sete deles apresentaram temáticas atreladas a políticas públicas de educação como forma de garantia de uma qualidade da educação infantil.

Campos (2013) traz em seu artigo à luz as políticas de avaliação de qualidade que se desenvolveram ao longo dos anos em todo o mundo, e os reflexos destas nas práticas de avaliação da qualidade da educação infantil brasileira.

A autora propõe que a educação de uma maneira geral teve seu crescimento em detrimento de outras etapas de ensino, devido a dificuldade em se ter recursos públicos para atender todas as etapas da educação de maneira igualitária.

O acirramento da competição por recursos públicos levou à promoção de alguns níveis e de algumas modalidades de ensino, em prejuízo de outros; o recurso à terceirização e à privatização; a focalização em lugar da universalização; e a descentralização dos serviços educativos, sem a garantia de recursos materiais, humanos e, muitas vezes, sem condições políticas de controle social. (CAMPOS, 2013,p. 26)

No Brasil, as políticas públicas para a educação infantil principalmente nos anos 1970 e 1980, foram de caráter assistencial e compensatório.

No Brasil, as posições baseadas na teoria da privação cultural tiveram grande impacto nas políticas de assistência social e educação durante as décadas de 1970 e 1980 no último século [...] Diversos programas de

educação compensatória para crianças de baixa renda foram implantados durante o regime militar. A maioria desses programas era de baixo custo, empregava adultos de baixa escolaridade e se aproximava do modelo de uma “educação pobre para pobres” (CAMPOS, 2013, p.27)

Porém a educação infantil passou a ser vista como algo positivo para o futuro escolar e também para a sociedade, visando os aspectos do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo.

Uma revisão da literatura de língua inglesa, latino-americana e brasileira, realizada em 1997, comentava que, enquanto as pesquisas sobre a creche partiam de perguntas a respeito de seus potenciais efeitos negativos sobre o desenvolvimento infantil, as pesquisas sobre pré-escola testavam hipóteses sobre seus efeitos positivos na escolaridade futura das crianças. (CAMPOS, 2013, p.28)

Buscava-se, portanto a construção de um projeto político-social, em que a concepção de qualidade fosse mais integrada, tentando superar as desigualdades de acesso, sociais e de gênero e voltada para a necessidade da primeira infância (CAMPOS, 2013).

Em 2000, Peter Moss, em uma apresentação, relata acerca de um documento em que caracteriza os conceitos de qualidade:

- qualidade é um conceito relativo, baseado em valores e crenças;
- definir qualidade é um processo e esse processo é importante por si só, oferecendo oportunidades para compartilhar, discutir e entender valores, ideias, conhecimento e experiência;
- o processo deve ser participativo e democrático, envolvendo grupos diferentes, que incluem crianças, pais, parentes e profissionais da área;
- as necessidades, perspectivas e valores desses grupos podem divergir às vezes;
- definir qualidade deve ser visto como um processo dinâmico e contínuo, envolvendo uma revisão regular e nunca atingindo a um enunciado final, “objetivo”. (MOSS, 2002 apud CAMPOS, 2013, p. 29)

Já Anna Bondioli, outra pesquisadora acerca da qualidade da educação, citada no artigo coloca a qualidade como um processo participativo de autoavaliação:

- a qualidade tem uma natureza transacional;
- a qualidade tem uma natureza participativa;
- a qualidade tem uma natureza autorreflexiva;
- a qualidade tem uma natureza contextual e plural;
- a qualidade é um processo;
- a qualidade tem uma natureza transformadora. (BONDIOLI, 2004 apud CAMPOS, 2013, p.29)

Porém no Brasil, o ganho em políticas para a educação infantil iniciou-se com a Constituição Federal de 1988, garantindo o direito da criança ao acesso a creches e pré-escolas, e em 1996, foi promulgada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em que institui a meta de formação de professores em nível superior, e a responsabilidade dos municípios pela garantia das vagas neste segmento da educação.

Por sua vez, em 2009, foi elaborado o documento Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, em que foram distribuídos 200 mil exemplares as instituições de ensino, paralelo a isso foi elaborado um documento internacional intitulado *Starting strong II*.

[...]um novo e poderoso discurso público sobre aprendizagem precoce surgiu nos Estados Unidos, estimulando os profissionais de Educação Infantil a dar um apoio mais efetivo à aprendizagem escolar” (OECD, 2006, p. 167, tradução da autora).[...] Seus argumentos baseiam-se em análises de custo e benefício e em descobertas da neurociência, que apontariam para a necessidade de intervenções precoces junto às crianças nos anos logo após o nascimento.(CAMPOS, 2013, p. 35)

Baseando-se, portanto neste documento, especialistas brasileiros, calcularam o custo mínimo para se obter uma educação infantil com melhores resultados, esse projeto porém foi no caminho oposto ao que a legislação e os debates acerca da qualidade da educação infantil, proponham para a melhoria. (CAMPOS,2013)

Segundo Campos (2013), os principais empasses em relação às políticas para a educação infantil e a real situação em que ela se encontra atualmente seria:

- a crescente pressão social por uma ampliação dos serviços *versus* a garantia de um patamar mínimo de qualidade;
- as prementes necessidades das demais etapas de ensino *versus* o custo elevado de creches e pré-escolas de qualidade e do atendimento em tempo integral;
- o respeito à diversidade e a consideração ao contexto local *versus* a necessidade de garantir maior equidade entre classes sociais, regiões e grupos étnico-raciais;
- um modelo pedagógico preparatório para a escola, predominante na pré-escola *versus* um modelo assistencial, historicamente associado à creche, e ambos os modelos, por sua vez, se opondo a uma pedagogia centrada na criança;
- diferentes concepções sobre a autonomia da escola e sobre a legitimidade de sistemas de regulação externos.(CAMPOS ,2013, p. 37-38)

Portanto a autora aponta que apesar do conceito de qualidade ser algo subjetivo e que deve ser construído de maneira democrática e participativa, a preocupação com as necessidades das crianças, e seu desenvolvimento devem ser

colocados como fatores principais para que a educação seja mais igualitária e justa para todos.

Vieira (2010), faz um balanço geral do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, e considerações sobre as propostas realizadas no CONAE (Conferência Nacional de Educação), acerca do novo PNE, que estava sendo elaborado para os anos de 2011-2020.

Neste documento organizado pela CONAE há, portanto, seis principais eixos que concerne a educação infantil, sendo eles:

Eixo I - Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional.
Eixo II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação.
Eixo III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar.
Eixo IV - Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação.
Eixo V - Financiamento da Educação e Controle Social.
Eixo VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade. (VIEIRA, 2010, p.812)

Em relação ao eixo garantia da qualidade a autora pontua:

Vemos que a educação infantil recebe enfoque abrangente em relação ao provimento de padrões mínimos de qualidade, sendo pautada pelos requisitos de uma gestão democrática dos serviços, adequados aos usuários e ao corpo dos profissionais da educação. (VIEIRA, 2010, p. 812)

Acerca do que o Plano Nacional de Educação (2001) ao que este aponta sobre a educação infantil, destaca-se a implementação de um Programa Nacional de Formação do Profissionais da Educação Infantil, que tem a seguinte meta, que em dez anos 70% dos professores que atuassem nesta etapa de ensino, apresentem formação em nível superior, e que 10% dos recursos disponibilizados pelo FUNDEB, forem atribuídos totalmente a educação infantil.

A Lei n. 11.494/2007, que regulamenta a implantação do FUNDEB, traz elementos definidores importantes em relação à distribuição dos recursos entre governo estadual e municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial. (VIEIRA, 2010, p. 825)

Neste momento político do Brasil, cria-se também parâmetros legais, para o convênio de atendimento da educação infantil, em creches não públicas.

Estabelecem-se, pela primeira vez no Brasil, parâmetros legais para o repasse de recursos públicos da área educacional, definindo as obrigações

das instituições conveniadas em relação ao serviço a ser prestado à população. Isso se deve, certamente, ao reconhecimento da presença relevante dos convênios na gestão da política de educação infantil dos municípios e à necessidade de regulação pela política nacional.(VIEIRA,2010,p. 825)

Em 2009, foi publicado o documento “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil” (BRASIL/MEC, 2009). Que buscava através de orientações práticas padronizar um atendimento dentro dos padrões de qualidade para estas instituições. (VIEIRA, 2010)

Segundo Viera (2010):

O breve diagnóstico da situação da escolarização da primeira infância no Brasil indica a necessidade de prosseguir com os objetivos de garantir a democratização do acesso na educação infantil, o que pressupõe qualidade. Tal desafio foi reconhecido nas propostas referendadas na CONAE.(VIEIRA, 2010,p. 827)

Campos em 2012 produziu um artigo em que referendava das políticas públicas para crianças de 0 a 3 anos em toda a América Latina, apontando como principal fator de propulsão para as políticas públicas de educação infantil, se faz em caráter de combate a pobreza.

Neste contexto, a infância, a criança e sua educação adquirem um sentido de urgência e um caráter estratégico, posto considerar-se que educar desde cedo é o meio mais eficaz para romper com o chamado “ciclo geracional da pobreza”. (CAMPOS,2012, p.82)

Enfatizando que estas políticas públicas foram criadas de maneira focalizada para atingir principalmente aqueles que se apresentavam em situações pouco favoráveis ao seu desenvolvimento:

[...] às estratégias de focalização da educação nos chamados segmentos vulneráveis da população, reatualizam antigas práticas de educação compensatória, criam novos dispositivos de controle social sobre as crianças e suas famílias, conformando, em sua essência, o sentido atual dado à educação infantil na região.(CAMPOS, 2012,p. 83)

Um novo conceito é colocado em termos mundiais, acerca da pobreza em que muitas crianças se encontram, a “infantilização da pobreza”, tornando-se, portanto, a educação, como ponto central de discussão dos vários países e

organizações, para o combate a essa realidade que afeta principalmente os países menos desenvolvidos. (CAMPOS, 2012)

Nessa concepção de pobreza e dos meios para combatê-la, a educação ocupa um lugar central, tanto por ser considerada como necessária a formação do “capital humano” demandado pelo desenvolvimento produtivo da região, como também por ser considerada “chave para a equidade”, posto que o acesso às “oportunidades” sociais dependeria também do nível educativo das pessoas. (CAMPOS, 2012, p.86)

Desde a Conferência de Jomtien (1990), o compromisso com a educação infantil, vem sendo reforçado, e as estatísticas de atendimento para toda a América Latina vem aumentando desde então.

De acordo com a UNESCO (2010b), na América Latina a taxa bruta de escolarização das crianças entre 3 e 5 anos passou de 56% a 65% no período de 1999 a 2007; entre 2002 e 2008, o crescimento foi da ordem de 2% ao ano.(CAMPOS,2012,p. 87)

Nas legislações dos países latino-americanos, a educação infantil apresenta-se com várias nomenclaturas, e dividindo-se em duas grandes categorias de escolarização: “educação formal” e “educação não-formal”.

O exame das legislações – leis gerais e complementares – evidencia que a educação infantil é tratada em sua especificidade, embora referenciada em distintas matrizes epistemológicas, e identificada com termos igualmente bastante diferenciados: “*educación parvularia*”, “*educación inicial*”, “*educación de la primera infancia*”, “*educación preescolar*”, “*educación preprimaria*”, “educação infantil” são termos utilizados.[...] na categoria “não formal” ou “não escolarizada” se situam programas ou ações cujo desenvolvimento pode ocorrer fora dos espaços educativos formais ou institucionalizados.[...] Na categoria “educação formal” ou “escolarizada”, situam-se os níveis ou etapas destinados às crianças acima de 3 e até 5 anos, e sua organização assemelha-se, em graus variados, com a organização dos níveis escolares propriamente ditos – primário ou básico.(CAMPOS,2012, p. 90-91)

A categoria “não-formal” é dirigida principalmente as crianças menores de 3 anos, e em muitos casos através de parcerias público-privado.

[...] a modalidade “não formal”, por ser considerada “não escolar”, e dirigida na maioria dos países às crianças de 0 a 3 anos, tem uma formação compósita, dependendo majoritariamente de convênios ou “parcerias” entre a esfera pública e a privada, notadamente com as chamadas organizações sociais. Neste segmento de 0 a 3 anos concentram-se também, na atualidade, boa parte dos programas de *alívio da pobreza*(CAMPOS, 2012,p.91)

Reforçando a ideia de educação como combate a pobreza a autora observa os apontamentos dos documentos internacionais, acerca da educação infantil:

[...]destacamos duas perspectivas predominantes nesses documentos:10 a) a educação da “primeira infância” é tratada em função do sucesso escolar e, portanto, do desenvolvimento do capital humano futuro; b) quanto mais cedo se educa a criança, mais “oportunidades” de desenvolvimento psicofísico-social ela terá, evitando-se assim que privações se transformem em futura situação de iniquidade social. Educar torna-se assim a principal estratégia para combater a pobreza. (CAMPOS,2012,p.92)

E em todos os países da América Latina é possível perceber, em suas políticas públicas, as diferenças nas preocupações e prioridades, no que refere a educação nas creches e nas pré-escolas:

[...]constatamos que a ampliação da educação infantil na região vem ocorrendo como resultado de uma dinâmica particular: universalização crescente no atendimento das idades mais próximas da escola primária ou fundamental, o que significa maior presença do Estado tanto na oferta pública como na regulação da oferta privada. Ao contrário, no grupo etário até 3 anos, observa-se uma crescente omissão do poder estatal, o qual transfere para a chamada “sociedade civil” a responsabilidade pela educação desse segmento educativo.(CAMPOS,2012, p.93)

Há também criação de programas de “educação Não-formal” no sentido de orientar pais para potencializar o desenvolvimento de seus filhos:

[...]as indicações são para a educação das famílias no sentido de habilitá-las, qualificá-las para a educação das crianças pequenas, e já naquelas em idade pré-escolar se estimula o desenvolvimento de competências preparatórias para o desempenho escolar futuro.(CAMPOS,2012, p.96)

E em muitos países assim como no Brasil, o chamado terceiro setor, é aquele que se torna executor de muitas das políticas voltadas à primeira infância:

Os resultados de nossos estudos permitem-nos afirmar que o chamado Terceiro Setor se torna, de fato, na maioria dos países o principal executor das políticas e dos programas dirigidos às crianças pequenas e, em especial, para aquelas mais pobres. (CAMPOS,2012, p. 98-99)

Por fim, a autora pontua as especificidades nas políticas brasileiras para a educação infantil, em contraposição aos demais países da América Latina:

Confrontando a situação brasileira com aquela predominante no cenário latino-americano, distinguimo-nos dos demais países, entre outros aspectos, pela institucionalização da unidade pedagógica da educação infantil: creche e pré-escola são consideradas a primeira etapa da educação básica, a que antecede o período escolar. A instituição da obrigatoriedade

da pré-escola apresenta novos elementos tanto no campo da política como no da prática pedagógica: a articulação com o ensino fundamental é uma “agenda” que não pode mais ser adiada. Em contrapartida, no que se refere à creche, carecemos de estudos que revelem a real situação sobre as relações entre a esfera pública e a privada. Sabemos que a pressão por suprir a demanda de vagas na pré-escola tem levado muitos municípios a diminuir o número de vagas para as crianças de 0 a 3 anos nas instituições públicas, reorientando sua ação para a ampliação dos convênios. (CAMPOS,2012, p.101)

No artigo de Campos e Campos (2009), as pesquisadoras relatam acerca do Programa Família Brasileira Fortalecida, um programa patrocinado pela UNICEF, como estratégia para o aumento do atendimento as crianças de 0 a 3 anos, buscando tornar o espaço familiar, num espaço pedagógico, em que as famílias serão orientadas para desenvolver todas as capacidades da criança, sendo, portanto, futuramente responsabilizadas pelo seu sucesso ou fracasso escolar.

O Brasil orientando-se pelos fóruns e documentos internacionais, tem assumido a postura de privilegiar tanto em suas políticas como em sua ação, a educação pré-escolar em detrimento a educação em creches.

[...]a dualidade histórica constituinte da educação das crianças pequenas: cresce a tendência à inclusão das crianças de 4 . 6 anos nos sistemas formais de ensino; ao passo que para as crianças com idades inferiores a três anos tem se enfatizado e fomentado o desenvolvimento de programas de atenção, com predomínio da chamada .modalidade não formal de atendimento.(CAMPOS; CAMPOS,2009, p.208)

As autoras também pontuam que a educação infantil é vista como combate a pobreza, e via para a equidade social, e melhoria de futuro.

Vale registrar ainda que as indicações dos organismos multilaterais sustentam-se no pressuposto de que a educação é o principal mecanismo de combate à pobreza, constituindo-se por esse motivo também na principal alavanca para a equidade social. (CAMPOS; CAMPOS,2012, p.209)

As políticas de caráter compensatório, no Brasil originam-se desde 1970 e 1980, quando as instituições de educação infantil eram destinadas as crianças das camadas mais pobres, como forma de garantir a higiene e nutrição mínimas a elas, assumindo uma medida emergencial de combate à falta de recursos que estas crianças obtinham. (CAMPOS; CAMPOS, 2009)

Os documentos internacionais, por sua vez, colocam a família como uma importante ferramenta de educação para a primeira infância:

Em documento produzido pela Orealc/Unesco (2004), intitulado .Síntese Regional de Indicadores da Primeira Infância., centrado na apresentação de indicadores de qualidade da educação infantil na América Latina, reforça-se também a idéia da .educação da família. como estratégia para provimento não formal da educação infantil.(CAMPOS; CAMPOS,2009,p. 214)

O Programa Família Brasileira Fortalecida é pautado na formação de educadores, sendo eles agentes comunitários, professores e líderes comunitários, para prescrever comportamentos aos pais baseados em conceitos advindos da psicologia e medicina (CAMPOS; CAMPOS, 2009).

Visa-se à educabilidade das crianças pequenas como condição para o êxito escolar, educabilidade esta a ser construída nos processos ditos de socialização primária, que têm lugar no interior das famílias. (CAMPOS;CAMPOS,2009, p.217)

De acordo com as autoras, o motivo pelo qual se dá a criação destes programas de intervenção na família, é a dificuldade do Estado em atuar com o acesso de escola de qualidade para todos.

A deslegitimação das competências das famílias pobres para educar seus filhos parece ser o ponto de partida deste Programa. As ações propostas parecem caminhar no sentido da transformação de seus modos de relação com os filhos, em função de modelos socializadores supostamente mais eficientes e promissores no que tange ao futuro escolar das crianças. Não se questiona aqui a incapacidade histórica da escola em atuar com as chamadas classes populares, transferindo para estas últimas a responsabilidade pela insuficiência ou incapacidade de garantir a formação das chamadas disposições e atitudes para a educabilidade. (CAMPOS; CAMPOS, 2009, p.218)

Em síntese, as indicações presentes nesses programas pautam-se na lógica de restrição de participação dos Estados como responsáveis pelo provimento do direito à educação básica, em especial, da educação infantil. Dividem e transferem responsabilidades no provimento desse direito a outros sujeitos coletivos, dentre os quais, como já mostramos, as famílias (CAMPOS; CAMPOS, 2009, p.222)

Destacando-se, portanto, o caráter de dualidade nas políticas educacionais brasileiras:

Se registramos, por um lado, avanços importantes do atual governo no que tange à intenção de construção de uma política para a educação infantil, por outro lado, iniciativas dessa natureza parecem caminhar na contramão dessa mesma política, quer por seu caráter compensatório e pontual, quer pelas concepções que ali são difundidas.(CAMPOS; CAMPOS, 2009, p.220)

Kramer (2006), reafirma que a educação infantil nas décadas de 1970 e 1980, era vista como uma política assistencial de caráter compensatório, destinada a

crianças de camadas populares como forma de garantir sua nutrição e higiene, enquanto suas mães ocupavam postos de trabalho, a autora pontua que as principais conquistas na legislação brasileira em relação a esta etapa do ensino vieram com a Constituição de 1988, que institui o direito da criança a vaga em creches e pré-escolas, o Estatuto da Criança e Adolescente(ECA) de 1990, que reitera os direitos das crianças a educação, e a LDB de 1996.

Nos últimos anos, movimentos sociais, redes públicas municipais e estaduais e universidades têm buscado expandir com qualidade a educação infantil. Pela primeira vez na história da educação brasileira foi formulada uma política nacional de Educação Infantil, processo desencadeado com a Constituição de 1988, e com a ação do MEC no breve período de 1994-1995(KRAMER, 2006, p. 801-802)

A autora, por sua vez, também evidencia a criação de documentos de ordem governamental para orientar e regularizar a oferta de educação infantil em todo o território nacional:

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) não soube como equacionar tensão entre universalismo e regionalismos, além de ter desconsiderado a especificidade da infância[...]cabe destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1999) e o documento da Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação (Brasil, 2004).(KRAMER, 2006, p.802)

Em relação aos déficits que as políticas educacionais brasileiras apresentam para se obter uma garantia de oferta de uma educação infantil de qualidade Kramer pontua:

No que diz respeito às políticas educacionais, para consolidar o direito e ampliar a oferta com qualidade, muitos desafios colocam-se: ausência de financiamento da educação infantil e as lutas por sua inclusão no FUNDEB3, a organização dos sistemas municipais; a necessidade de que as políticas de educação infantil sejam articuladas com políticas sociais; a formação dos profissionais da educação infantil e os problemas relativos à carreira; as ações e pressões de agências internacionais, que têm exigido um constante alerta da parte dos movimentos sociais, em particular dos fóruns estaduais e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); as precárias condições das creches comunitárias não transferidas para as redes municipais de educação. (KRAMER,2006, p.803)

Faria (2005), coloca a educação infantil como uma, das muitas conquistas dos grupos feministas que datam de 1970 no Brasil:

As feministas, tendo lutado pelos direitos de a mulher trabalhar, estudar, namorar e ser mãe, lutaram também, no Brasil dos anos de 1970, pelo direito de seus/suas filhos/as à creche – o que garantiria que os outros direitos femininos fossem garantidos. Agregaram a esta mesma luta, nos anos de 1980, o direito *das crianças* à educação anterior à escola obrigatória. Assim, agora sujeitos de direitos, as crianças pequenas também serão legisladas.(FARIA,2005, p. 1015)

Com a Constituição de 1988, e a LDB de 1996, as crianças passaram a ser vistas como cidadãs de direitos, porém o atendimento fragmentou-se em duas modalidades as que atendiam as crianças de 4 a 6 anos, e as que atendiam as menores que 3 anos, dando mais relativa importância a educação pré-escolar em detrimento das creches, outra questão é a criação de outras formas de educação as consideradas não formais.

Em outras palavras, é somente com a LDB que se falará em educação infantil como primeira etapa da educação básica e esta conviverá com outras formas de educação, gerida por vias não-formais e com uma política plural,¹³ para podermos dizer como os italianos: *a mais e não em vez de*. (FARIA,2005, p.1025)

Em seu artigo, a autora apresentou um documento apresentado em um seminário acerca do financiamento, que propõe algumas recomendações, entre elas estão:

- a exigência de aprofundamento das discussões sobre financiamento da educação infantil, privilegiando as diferentes propostas de estratégias de financiamento da educação com o necessário detalhamento técnico-financeiro;
- a urgência de atuação da União, por meio do Ministério da Educação, no estabelecimento de parâmetros de qualidade da educação infantil;
- a necessidade de definição do custo-aluno-qualidade da educação infantil;
- a importância de múltiplos esforços na realização de estudos e pesquisas de custo e de demanda para qualificar melhor as propostas de custos, de qualidade e de expansão do atendimento;
- a possibilidade de organização de uma publicação que, a partir do Seminário, contribua para potencializar e ampliar as discussões sobre Financiamento da Educação Infantil. (COELHO & BARRETO, 2004 apud FARIA, 2005, p. 1031-1032)

Sendo, portanto, estas orientações apontadas como necessárias para atingir uma educação infantil de qualidade para todos os segmentos populacionais.

Nascimento (2012), por sua vez, realiza uma pesquisa em que busca verificar quais os motivos que levam as redes municipais de ensino a utilizarem dos Sistemas Privados de Ensino(SPE), como currículo oficial para a educação infantil.

Houve 11 municípios identificados que utilizavam o SPE, e dentre os principais motivos para sua utilização seria: sua aproximação de conteúdos estabelecidos pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a padronização dos conteúdos em todas as instituições de educação infantil, e uma maneira de nortear o trabalho docente, já que em muitos municípios o professor era visto como incapaz de realizar tais tarefas. (NASCIMENTO, 2012)

Nota-se, portanto, que esta política de adoção dos sistemas apostilados por municípios, é resultado de uma incapacidade destes de montarem suas próprias diretrizes curriculares a partir dos profissionais da educação que atuam em suas instituições de educação infantil.

4.2 ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para pensarmos em uma educação infantil com qualidade é necessário compreendermos o acesso e sua oferta em todo território nacional.

Kagan (2011) realiza um estudo acerca da qualidade da educação infantil brasileira, a autora diz que:

Pode-se concluir que aproximadamente 9% das diferenças de resultado dos alunos deve-se ao efeito da pré-escola e 91%, a diferenças entre os alunos”. Então, a frequência à pré-escola faz diferença. (KAGAN, 2011, p.60)

A autora também afirma que através de estudos pode-se comprovar que a qualidade da educação na primeira infância reflete-se sobre os resultados futuros dos indivíduos em suas trajetórias escolares.

E tão importante como o acesso à educação infantil, é também sua oferta com qualidade aos alunos:

É preciso pensar mais ampla e ousadamente; é preciso adotar a visão consolidada de um sistema de qualidade em que a qualidade seja tão importante e prevalente quanto o acesso. (KAGAN, 2011, p. 65)

Em relação ao acesso Campos, Esposito, Bhering, Gimenes e Abuchaim (2011) comentam acerca do aumento da oferta de vagas a este segmento da educação a partir de 1998:

A expansão do acesso, a partir de 1998, cresceu consistente e significativamente. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2009) –, com base em dados da Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio – PNAD –, entre 1998 e 2008, a taxa de frequência à creche dobrou, chegando a 18%, e a de escolarização da faixa de 4 a 6 anos cresceu cerca de 40%, atingindo 80%, incluindo-se aí também as crianças matriculadas no ensino fundamental (CAMPOS; ESPOSITO; BHERING. GIMENES; ABUCHAIM, 2011, p.23)

Porém existem muitas disparidades quando se fala no acesso a educação infantil, principalmente em relação a área rural e urbana e também em relação a renda familiar:

As desigualdades de cobertura da educação infantil nas zonas urbanas e rurais permaneceram expressivas, especialmente no caso da creche, cuja cobertura no campo não passa de 7,2%. Quanto aos grupos por renda *per capita*, houve maior incremento para o 3º e o 4º quintos da distribuição, que dobraram suas taxas de cobertura na creche. As crianças brancas continuaram a ter maior acesso à educação infantil, em comparação com a população preta e parda. (CAMPOS; ESPOSITO; BHERING. GIMENES; ABUCHAIM, 2011,p. 23-24)

Segundo Campos, Füllgraf e Wiggers (2006), o Brasil é uma país de grande dimensões que apresenta um contingente muito vasto de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos:

Em um país populoso como o Brasil, onde a faixa etária de zero a seis anos corresponde a 13,3% do total de habitantes, chegando em alguns estados a mais de 17% (Brasil, 2002), com grandes desigualdades regionais e de renda, é importante verificar quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional.(CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS,2006, p.93)

As autoras utilizando-se do trabalho de Kappel(2003,2005), mostraram que em 2001:

Apenas 10,6% das crianças entre zero e três anos de idade e 57,1% das crianças entre quatro e seis anos de idade estavam matriculadas em creches e pré-escolas. (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2006,p. 94)

Outra questão está relacionada a que muitas crianças em idade de pré-escola, já estão matriculadas no ensino fundamental:

Em 2001, 25,4% das crianças de seis anos e 4,8% das crianças de cinco anos, respectivamente 725 mil e 103 mil, já se encontravam matriculadas no ensino fundamental no país (Kappel, 2003, 2005).(CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS,2006,p.95)

Rosemberg (2014), por sua vez, busca explicitar as diferenças de acesso com relação a questão racial:

[...]entre negras e brancas, notam-se intensas desigualdades no acesso à educação de crianças de até 3 anos, entre aquelas residentes em área rural, na região norte, que dispõem de menor rendimento domiciliar *per capita* e cujas mães não trabalham fora. (ROSEMBERG, 2014, p. 753)

A autora também discorre acerca das diferenças em relação à infraestrutura de uma escola de educação infantil em uma área de atendimento a uma comunidade quilombola e em relação a que atende uma população comum em área urbana, a situação da escola quilombola é muito menos favorável em relação a outra instituição, demonstrando a menor importância dada a estes estabelecimentos que atendem especificamente estas populações. (ROSEMBERG, 2014)

O atendimento de qualidade na educação infantil é apontado como reflexo de um sucesso no futuro escolar dos alunos, sendo considerado um dos aspectos de maior contribuição para as crianças na continuação escolar e principalmente nos primeiros anos do ensino fundamental (CAMPOS, BHERING, ESPOSITO, GIMENES, ABUCHAIM, VALLE, UNBEHAUM, 2011).

4.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Garantir a formação tanto inicial quanto continuada dos profissionais da educação infantil com boa qualidade é também garantir uma educação de qualidade para os alunos.

Segundo Vieira e Souza as pesquisas acadêmicas acerca das condições de trabalho dos docentes na educação infantil, ainda são muito escassas comparadas às pesquisas sobre os professores de ensino fundamental. Através disso, a pesquisa das autoras objetiva-se em verificar as condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação infantil em Belo Horizonte (MG).

Uma característica importante em relação ao perfil profissional dos trabalhadores em creches e pré-escolas é que 97% do total são mulheres.

[...]dados do Censo Escolar de 2007, as redes públicas e privadas somam 1.882.961 professores, sendo que 81,9 % são mulheres. Desse total de professores que atuam na educação básica, 17,9% encontram-se na educação infantil.[...] Na creche, 97,9% são mulheres, e na pré-escola 96,1%.(VIEIRA; SOUZA, 2010, p.129)

De acordo com estudos, os professores desta etapa do ensino são os que apresentam menor nível de escolaridade, principalmente em regiões como o nordeste, o que influencia substancialmente na qualidade da educação ofertada.

Isso vem sendo analisado como importante avanço na qualidade do atendimento, sendo convergentes os resultados de pesquisas que mostram que a formação do profissional é condição indispensável para uma educação infantil de qualidade, entendida como uma efetiva política de bem-estar e de educação.(VIEIRA; SOUZA, 2010, p. 130)

Em Belo Horizonte, os resultados dos dados obtidos na pesquisa revelaram:

[...]não só diferenças, mas desigualdades nas situações de trabalho e emprego na educação infantil em Belo Horizonte. Não é demais lembrar que essa situação é ilustrativa da realidade brasileira. As diferenças salariais também observadas nos contratos e nas condições de trabalho entre as instituições de educação infantil, conforme a sua tipologia, também são constatadas em sua relação com as outras etapas da educação básica. Na educação infantil estão concentradas as maiores proporções dos que recebem os salários mais baixos e os que praticam as mais extensas jornadas de trabalho semanais (BRASIL, 2007; GATTI; BARRETO, 2009; SOUZA; GOUVEIA; SOUZA, 2010).[...] observa-se processo de precarização no exercício profissional na educação infantil. No setor público municipal presencia-se a criação de novos postos de trabalho fora da carreira do magistério público, com salários menores e menores oportunidades de progressão pelas características da carreira pública. Foram observadas maiores jornadas de trabalho na rede privada conveniada com o poder público, salários ainda mais baixos e inexistência de carreiras(VIEIRA; SOUZA, 2010, p. 135-136)

O trabalho das autoras demonstra, portanto, que as condições de trabalho na educação infantil, ainda são piores em relação as outras etapas de ensino, apresentando menores salários, maiores jornadas de trabalho e pouca escolaridade dos docentes.

Silva, Luz e Filho (2010), produziram um artigo que procura evidenciar no ano de 2008, os grupos de pesquisas de instituições acadêmicas acerca da educação infantil e primeira infância, foi possível identificar que todos os grupos que continham pesquisa neste âmbito eram da área de humanas, já delimitando-se a pesquisa ao campo da educação, houve diferenças nos grupos de pesquisa de acordo com a região:

[...] a região que possuía o maior número de grupos era a Sudeste (37,3%), seguida pela região Sul (22,6%), concentrando, essas duas, aproximadamente 60% dos grupos. O Nordeste apresentava 16,6% dos

grupos; o Centro-Oeste, 14,6%; e o Norte, 8,6%.(SILVA; LUZ; FILHO, 2010,p. 89)

Em relação aos líderes dos grupos de pesquisa foi possível verificar que suas formações em mestrado e doutorado, se davam principalmente na última década e que em suas publicações apenas 50% deles, haviam publicado algo com referência a educação infantil, entretanto as autoras pontuam:

Ressaltamos a necessidade de realização de novos estudos e pesquisas que possam elucidar as razões da existência de um número bastante razoável de grupos de pesquisa em educação infantil, infância e criança e a baixa frequência de linhas de pesquisa na pós-graduação em educação com essas temáticas. Somente com novas investigações será possível elucidar as razões da baixa visibilidade da área da educação infantil na pós-graduação. (SILVA; LUZ; FILHO,2010 p.96)

Elucidamos a escolha em agrupar a temática da pesquisa e formação de professores, é porque acreditamos que a formação se dá através da pesquisa e ambas as temáticas estão atreladas entre si.

4.4 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Rayna (2013) coloca que a qualidade da educação deve ser pensada em maneira conjunta entre os vários indivíduos participantes do processo educacional.

Tal concepção da participação leva a pensar na qualidade do cuidado e da educação na primeira infância, em termos de coeducação, de aprendizado mútuo entre os vários participantes. (RAYNA, 2013, p. 69)

A autora relata uma experiência realizada em creches parisienses de aproximação dos pais na participação efetiva nas instituições de ensino:

A pesquisa enfatiza a atenção particular a ser dada ao delicado momento dos primeiros dias na creche e da acolhida diária. A disposição dos saguões de entrada é da maior importância para “dizer” aos pais que eles são bem-vindos. (RAYNA,2013, p.72)

Os resultados obtidos foram uma maior aproximação e o sentimento de pertencimento destes pais e comunidade a instituição, e assim corroborando para uma maior participação e efetivação de uma construção de qualidade conjunta.

Já Silva (2014), busca observar e dialogar com mães que seus filhos estão em estabelecimentos de educação infantil, o estabelecimento da confiança entre

elas e as educadoras, como forma de compartilhar responsabilidades e construir uma melhor qualidade de atendimento.

Uma das suas dimensões – a confiança que familiares de bebês e de crianças muito pequenas depositam ou não na IEI – revela-se como importante fator para a construção da qualidade das experiências proporcionadas aos meninos e meninas no ambiente institucional e também no ambiente familiar.(SILVA, 2014, p.269)

Foi possível observar que as mães usavam como critério para confiança na instituição infantil, critérios como a afetividade demonstrada pela professora a crianças, recomendações de segundos acerca da qualidade do atendimento do estabelecimento e outros critérios de senso comum, ou seja, desconhecendo conhecimentos de ordem pedagógica que orientam o trabalho docente (SILVA, 2014).

O sentido da experiência das crianças, no entanto, deve ser compartilhado de modo a que possamos tratá-la de forma integrada. Assim, torna-se possível oferecer aos atores adultos segurança para confiar no cuidado e na educação profissional de bebês e crianças pequenas na IEI e, nesse ambiente, segurança e tranquilidade para que professoras e professores construam relações fortes com as crianças e seus familiares. (SILVA, 2014, p. 270)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil nos últimos anos vem sendo muito debatida em todos os setores da sociedade, e a qualidade do seu atendimento tem sido um foco destas discussões.

No Brasil desde a Constituição Federal de 1988, em que legitimou o direito da criança a educação infantil e o dever de oferta-la pelo Estado, o governo brasileiro tem se preocupado em ampliar a discussão acerca da qualidade da educação infantil, isso se evidencia na publicação de documentos que tem como objetivo apontar caminhos para a melhoria da qualidade, entre eles os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil.

Esses documentos apresentam fatores muito importantes para se caracterizar a qualidade da educação infantil, entre eles a importância da formação profissional adequada para este nível de ensino, sendo formação em nível superior, ou minimamente em nível médio, a organização dos espaços, tanto em sala de aula, como espaços fora dela que sejam adequados a cada faixa etária e pensados para facilitar e contribuir para o desenvolvimento do aluno, a proposta pedagógica da escola que deve ser construída de maneira autônoma e participativa e que deve conter todas as diretrizes para o trabalho pedagógico dentro da instituição de educação infantil.

As interações são muito valorizadas apontadas como espaços para formação individual e coletiva, garantir uma boa relação entre a equipe gestora e docente é muito importante para se realizar um trabalho com confiança e responsabilidade mutua, as interações entre alunos-alunos e entre alunos-professores, também favorecem a formação, pois é neste contato que a criança expande seu repertório linguístico, assim como dá oportunidade ao professor de conhecer seu aluno mais de perto e poder avaliar com mais precisão acerca de seu desenvolvimento e detectar suas potencialidades, a relação família e escola, é também um aspecto fortemente trabalhado, pois é através da participação de todos que a escola pode construir um trabalho mais democrático, em que possa compartilhar

verdadeiramente a responsabilidade educacional com os pais, cada um assunto o papel em que deve atuar, além disso a troca entre pais e professores é muito significativa para auxiliar no aprendizado das crianças principalmente na primeira infância.

De acordo com os artigos selecionados e analisados neste trabalho podemos elencar quatro tópicos que foram recorrentes, esse relacionam á temática de qualidade segundo os seus atores, sendo eles: as políticas públicas, atendimento na etapa da educação infantil, formação de professores e relação família e escola.

As políticas públicas apontam que apesar de nos últimos 30 anos o governo ter se preocupado em garantir através das leis, que a educação infantil seja ofertada a todos e de maneira igualitária, há muitas barreiras a serem vencidas, entre elas o rompimento das políticas focalizadas que se preocupam em atingir determinados focos da população como a classe mais baixa em detrimento de outras populações, e a ênfase dada aos setores educacionais mais próximos ao ensino fundamental, sendo a creche ainda pouca visualizada nas políticas educacionais.

No que diz respeito ao atendimento, pode-se notar uma diferença muito significativa, na oferta de vagas entre as diferentes regiões do país, a região sudeste apresentando maior índice de matrículas, enquanto a região nordeste o menor índice de matrículas. As disparidades também atingem outros setores, como a diferença de renda, de escolaridade dos pais, e também os segmentos da creche e pré-escola, e que a primeira enfrenta dificuldades na oferta de vagas enquanto a segunda apresenta quase que a universalização do acesso.

A formação dos professores é apontada, segundo os autores dos artigos, como uma das maiores e mais potencializadoras formas de garantir a qualidade, pois com profissionais melhores preparados para assumir as funções pedagógicas, melhor será o desenvolvimento dos alunos e suas experiências no ambiente escolar.

A relação família - escola é outra importante questão, pois definir qualidade é um conceito complexo, que parte da construção coletiva dos vários atores sociais presentes na escola e é desejável que sejam todos envolvidos no âmbito escolar, os pais precisam acreditar no trabalho dos educadores e entender o que ocorre dentro do ambiente educacional, participar da vida dos filhos, implica em participar

ativamente da educação escolar que é destinada a eles, definindo padrões de qualidade e buscando seu cumprimento ativamente.

Portanto com esta pesquisa, evidenciamos que estas temáticas são muito importantes e essenciais para o estabelecimento de uma educação infantil com qualidade, e temas estes que vem ganhando visibilidade na produção científica nacional, porém destacamos que ainda há muitas perspectivas de estudo pouco exploradas na educação infantil, entre elas: as atividades pedagógicas elaboradas pelos docentes na educação infantil, as propostas curriculares para esta etapa do ensino, a interação entre os alunos e entre alunos e professores e tantas outras que poderiam contribuir para a elevação dos parâmetros de qualidade nacional.

Através deste estudo se pretende contribuir para a busca de uma educação infantil de qualidade que possibilite o desenvolvimento de todas as potencialidades dos alunos e que possa proporcionar a ele o maior número de experiências que tragam sentido a sua aprendizagem, que a criança da pequena infância seja trazida como eixo dos estudos e que sua educação seja tomada como importante, assim como esta fase da vida é importante para todo indivíduo, ninguém se torna adulto, sem ter sido um dia criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, v.1, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, v.2, 2006c.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F.. A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida. Pro-Posições, v. 20, n. 1 (58), p. 207-224, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a12.pdf> >. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, R. F. “Política pequena” para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. Revista Brasileira de Educação, v. 17 n. 49, p. 81-236 jan.-abr. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a04v17n49.pdf> >. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, M. M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. Cadernos de Pesquisa, v.43 n.148 p.22-43 jan./abr. 2013. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/03.pdf> >. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de pesquisa, v.36, n 127, p.87-128, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0536127.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, M. M.; ESPOSITO, Y. L.; BHERING, E.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. Cadernos de pesquisa, v 41 n.142 jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a03.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, M.M; BHERING, E. B.; ESPOSITO, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALLE, R.; UNBEHAUM, S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. Educação e Pesquisa, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a02.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

CAMPOS, R. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 1, p. 195-209, jan./mar. 2013. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a13.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FARIA, A. L. G.; Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. Educação e Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, Especial - Out. 2005. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a14.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

KRAMER, S.; As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e é fundamental. Educação e Sociedade, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796.pdf>> Acesso em: 20/04/2015.

KAGAN, S. L.; AMADO, T. Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações. Cadernos de Pesquisa, v.41 n.142 jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/117/122>> Acesso em: 20/04/2015.

KUHLMANN, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, M. C. B.; SALES, L. C. A qualidade na educação infantil: desvelando as suas faces. Teresina. Anais: VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2010.

MOSS, P. Para além do problema com qualidade. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, M. L. B. P.; As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas.

Revista Brasileira de Educação, v. 17 n. 49, p. 59-234 jan.-abr. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a03v17n49.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

NETO, J. B. G.; ROSEMBERG, L. Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no sistema nacional de avaliação. Brasília, 1995.

RAYNA, S. Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche. Pro-Posições, v. 24, n. 3 (72), p. 65-80, set./dez. 2013. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/05.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

ROSEMBERG, F. Educação infantil e as relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. Cadernos de pesquisa, v 44, n 153, p. 742-759, jul./set. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a13v44n153.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015

SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; FILHO, L. M. F. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 43, p. 84-198 jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a06v15n43.pdf>>. Acesso em 20/04/2015

SILVA, I. O. A creche e as famílias: o estabelecimento da confiança das mães na Instituição de Educação Infantil. Educar em Revista, n. 53, p. 253-272, jul./set. 2014. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/16.pdf>> Acesso em 20/04/2015

VASCONCELOS, T. Educação de Infância em Portugal: um edifício em construção. Revista da FAEEBA, Salvador, 2009.

VIEIRA, L. M. F.; A educação infantil e o plano nacional de educação: as propostas da conae 2010. Educação e Sociedade, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/09.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

VIEIRA, L. F.; SOUZA, G.; Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. Educar em Revista, n. especial 1, p. 119-139, 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/06.pdf>>. Acesso em: 20/04/2015.

ZABALZA, A. M.; Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre, Artmed, p. 288, 1998.

ANEXOS

Resumos dos artigos por Temática:

1 Políticas Públicas

1.1 CAMPOS, M. M.; **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas**

Resumo: O artigo compara os diferentes percursos seguidos pelo debate e pelas políticas de avaliação da qualidade da Educação Infantil e das demais etapas educacionais, mostrando como até recentemente essa evolução apresentou traços muito distintos. Aponta, porém, que essa tendência parece estar mudando recentemente, com a crescente pressão pela introdução de sistemas externos de avaliação de resultados nas redes de Educação Infantil, seguindo modelos já implantados nos outros níveis de ensino. A partir dessa constatação, o artigo discute alguns dos dilemas e dos desafios que se colocam para as políticas e programas de Educação Infantil em relação à avaliação de seus resultados, tanto na perspectiva da aferição de sua qualidade presente, como também tendo em vista seu impacto no aproveitamento escolar das crianças na continuidade de sua educação.

Palavras-chave: Educação infantil. Avaliação. Qualidade da educação. Política educacional.

1.2 CAMPOS, R.; **As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil:** do direito à focalização

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os discursos presentes em documentos elaborados por organismos internacionais e governos locais que orientam as políticas voltadas para a educação infantil, com base na concepção de educação como política pública, projeto de governo sob responsabilidade do Estado e direito de todos. A partir do referencial analítico de políticas desenvolvido por Roger Dale, concentramos nossas análises nos textos de diferentes documentos produzidos, sobretudo, pela UNESCO e pela UNICEF. O objetivo foi identificar as indicações desses organismos para a educação infantil e suas implicações na efetivação da política local. As análises demonstram que o deslocamento interpretativo da questão social no contexto latino-americano embasa a orientação, recorrente nos documentos, de adoção da educação infantil como estratégia de combate à pobreza e, desse modo, como uma via para promover a equidade social. A repercussão de tal indicação nas políticas locais para a educação infantil, especialmente no que concerne à universalização desse direito, é alarmante, visto que as análises apontam um movimento de ampliação de perspectivas conservadoras e excludentes que acabam reforçando a segmentação da educação das crianças menores de 6 anos.

Palavras-chave: Política pública para educação. Educação infantil. Políticas sociais. Pobreza. Organismos internacionais.

1.3 CAMPOS, R. F.; **“Política pequena” para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina**

Resumo: O objetivo neste artigo é discutir as políticas destinadas à educação das crianças pequenas na América Latina. Pretendemos realçar como a emergência de novos discursos sobre a “infantilização da pobreza”, associados às estratégias de focalização da educação nos chamados segmentos vulneráveis da população, reatualizam antigas práticas de educação compensatória, criam novos dispositivos de controle social sobre as crianças e suas famílias, conformando, em sua essência, o sentido atual dado à educação infantil na região. Para bem discutir essas questões, abordaremos primeiramente o que vem sendo denominado “infantilização da pobreza”, para, na sequência, apresentar o desenvolvimento das políticas voltadas às crianças pequenas, abordando também as iniciativas voltadas para as crianças de 0 a 3 anos.

Palavras-chave: Políticas públicas. América Latina. Infantilização da pobreza.

1.4 CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F.; **A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 . 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o Programa Família Brasileira Fortalecida, patrocinado pelo Unicef e adotado pelo governo brasileiro como estratégia para ampliar a oferta de atendimento para crianças de 0 . 3 anos. Esse programa encontra-se fortemente vinculado às orientações produzidas por organismos multilaterais, tais como Unesco e Unicef, ratificadas nos diversos fóruns que reúnem governantes da América Latina e Caribe (OEA, OEI). O programa brasileiro sustenta-se em um conjunto de concepções e recomendações destinadas diretamente às famílias que passam a ser mediadoras na educação das crianças. Constatamos que, por meio desse programa, procura-se imprimir novas normas de conduta, administrando e disciplinando as práticas e as estratégias socializadoras das famílias pobres, transformando o espaço familiar em um espaço pedagogicamente orientado. O Programa visa ainda à administração da pobreza, diminuindo as disparidades sociais e à promoção de um ambiente de educabilidade familiar, considerado como essencial para o posterior sucesso escolar da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Educacionais. Educação das famílias.

1.5 FARIA, A. L. G.; **Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica**

Resumo: Como fazer um mapa durante um terremoto, este artigo refaz as trajetórias pelas quais passaram creche e pré-escola, até tornarem-se, pela LDB de 1996, instituições de educação infantil responsáveis pela primeira etapa da educação básica. Mostra também que as tentativas de articulação entre pesquisa, política e prática pedagógica garantiram avanço e inovação na área, que vem construindo a Pedagogia da Infância e se empenha em garantir, pela esfera municipal, o direito à

educação das crianças de 0 a 6 anos. Enquanto área muito jovem da educação, acaba sofrendo pressões que podem levar a um retrocesso, como o que vem ocorrendo no momento no Brasil. Sem concluir, o texto permite constatar a transgressão instalada pela educação infantil que, ao dar vida a uma infância que continua nas séries iniciais, torna-se o grande impedimento para uma política nacional integrada para a infância.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas para a infância. Criança pequena. Creche. Pré-escola. Primeira etapa da educação básica.

1.6 KRAMER, S.; **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e é fundamental**

Resumo: Este artigo discute a educação infantil no contexto das políticas educacionais no Brasil. Inicialmente, situa a educação infantil no cenário político nacional e apresenta desafios deste campo. Focaliza, em seguida, a formação de profissionais de educação infantil, um dos maiores desafios das políticas educacionais, e trata da importância das mudanças curriculares do curso de pedagogia. No terceiro item, analisa educação infantil e ensino fundamental (agora com nove anos) como instâncias indissociáveis do processo de democratização da educação brasileira e destaca a relevância desta articulação no que se refere às crianças e ao trabalho pedagógico nas creches, pré-escolas e escolas.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Ensino fundamental de 9 anos.

1.7 NASCIMENTO, M. L. B. P.; **As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas**

Resumo: A pesquisa buscou mapear e verificar quais municípios os utilizam, a adoção dos Sistemas Privados de Ensino (SPE), e os motivos presentes para essa escolha, realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pretende-se identificar e caracterizar cada rede, mediante as informações sobre o atendimento prestado em creches e pré-escolas e sobre a equipe de profissionais responsável pelo desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: Políticas públicas. Sistemas Privados de Ensino. Educação Infantil

1.8 VIEIRA, L. M. F.; **A educação infantil e o plano nacional de educação: as propostas da conae 2010**

Resumo: Nosso objetivo é destacar alguns aspectos da oferta de educação infantil no país nos últimos 10 anos, tendo em vista as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. Transcorrido esse período, que se caracterizou pela implementação de políticas que objetivaram integrar creches e pré-escolas nos sistemas de ensino, em consonância com o marco legal pós-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), nós percebemos permanências,

redefinições e tensões. Os subsídios para a elaboração do novo PNE, deliberados na Conferência Nacional de Educação (CONAE) no último abril, redimensionam metas para esta etapa da educação básica, no propósito mais geral de estabelecer as bases de um novo pacto federativo, visando à construção de um Sistema Nacional de Educação. Questionamos se as metas sugeridas pela CONAE para a educação da criança pequena consideram as tendências de cobertura de acesso observadas nos últimos 10 anos e se promovem investimento na perspectiva do marco legal que vem sendo construído nas duas últimas décadas.

Palavras-chave: Educação infantil. Creches. Plano Nacional de Educação. CONAE.

2 Atendimento na Educação Infantil

2.1 CAMPOS, M. M.; BHERING, E. B.; ESPOSITO, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALLE, R.; UNBEHAUM, S.; **A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental**

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa cujos objetivos foram avaliar a qualidade da educação infantil (EI) em seis capitais brasileiras (estudo da qualidade), para, a seguir, identificar diferenças no desempenho escolar de crianças no início do ensino fundamental (EF) associadas à frequência de uma pré-escola de qualidade (estudo de impacto). O estudo de impacto utilizou os resultados do estudo da qualidade obtidos por meio da aplicação de escalas de avaliação da qualidade a uma amostra de pré-escolas de três capitais brasileiras, resultados estes que indicam um nível de qualidade comprometido na maioria das instituições avaliadas. A amostra do estudo de impacto foi constituída por 762 alunos de escolas públicas com notas na Provinha Brasil, dos quais 605 haviam frequentado uma pré-escola avaliada no estudo da qualidade e 157 crianças que não frequentaram a EI. Os dados foram analisados utilizando a análise multinível/hierárquica com classificação cruzada, que permite levar em conta, simultaneamente, o efeito de diversas variáveis explicativas (características dos alunos e de suas famílias; das escolas de EI e das escolas de EF) sobre os resultados da variável resposta (as notas dos alunos do segundo ano na Provinha Brasil). O estudo de impacto revela que a frequência à pré-escola de boa qualidade influi positivamente no desempenho dos alunos na Provinha Brasil. As análises indicam, também, que a idade da criança é um fator importante nos resultados apresentados nessa prova, assim como a escolaridade da mãe, a renda familiar e o Ideb da escola de EF.

Palavras-chave: Educação infantil. Pré-escola. Ensino fundamental. Avaliação de impacto.

2.2 CAMPOS, M. M.; ESPOSITO, Y. L.; BHERING, E.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, E.; **A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras**

Resumo: O artigo apresenta resultados de pesquisa de avaliação sobre a qualidade da educação infantil no Brasil, desenvolvida em parceria com a Fundação Carlos Chagas, o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os dados foram colhidos em 147 instituições de educação infantil em seis capitais brasileiras, durante o segundo semestre de 2009. Para a observação dos ambientes de creches e pré-escolas foram utilizadas versões adaptadas das escalas Infant/Toddler Environment Rating Scale Revised Edition e Early Childhood Environment Rating Scale Revised Edition. Foram também aplicados questionários a diretores das instituições e professoras das turmas avaliadas. Os principais resultados revelaram que: creches e pré-escolas apresentam em média níveis de qualidade insatisfatórios; os níveis de qualidade mais comprometidos se referem às atividades (creche e pré-escola), rotinas de cuidado pessoal (creche) e estrutura do programa (pré-escola); mudanças em determinadas características das instituições poderiam levar à melhoria da qualidade da educação infantil nos municípios investigados.

Palavras-chave: Educação infantil. Creches. Educação pré-escolar.

2.3 CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V.; A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa

Resumo: O artigo analisa dados obtidos por meio de levantamento sobre resultados recentes de pesquisas empíricas acerca da qualidade da educação nas instituições de educação infantil brasileiras, divulgadas entre 1996 e 2003. A revisão cobriu estudos publicados nas principais revistas brasileiras de educação e apresentados na mais importante reunião científica da área, a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação –ANPEd –, no Grupo de Trabalho Educação da Criança de zero a seis anos. Os dados foram classificados segundo os principais aspectos relacionados à qualidade da educação infantil de acordo com a literatura: formação dos professores; propostas pedagógicas; condições de funcionamento; práticas educativas e relação com as famílias. O quadro geral que emerge do estudo aponta para uma situação dinâmica mas ainda contraditória, revelando que é grande a distância entre as metas legais e a situação vivida pela maioria de crianças e adultos no cotidiano das instituições de educação infantil.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Qualidade do ensino. Pesquisa empírica

2.4 KAGAN, S. L.; Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações

Resumo: A autora comenta evidências obtidas por pesquisa de avaliação da educação infantil no Brasil, relacionando-as ao debate sobre a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças pequenas em âmbito internacional. Refere-se a dados de inúmeros estudos realizados no exterior, os quais indicam que a boa qualidade dos programas de educação infantil impacta o desenvolvimento das crianças a longo prazo. Sugere que, para alcançar maiores níveis de qualidade, é necessário pensar a educação como um sistema constituído de duas partes principais: os programas de educação infantil e a infraestrutura para mantê-los.

Palavras-chave: Educação infantil. Qualidade do ensino. Sistema de Educação. Avaliação qualitativa.

2.5 ROSEMBERG, F.; **Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade**

Resumo: Este artigo tem por objetivo tensionar as implicações epistemológicas e políticas dos conceitos de igualdade/desigualdade e diversidade. Para tanto, focaliza as implicações de cada um deles no campo da educação infantil brasileira. O artigo, apoiando-se nos enfoques teóricos de Nancy Fraser e Antônio Flávio Pierucci, esboça um modelo para compreensão das desigualdades raciais na educação brasileira. Tais perspectivas teóricas são usadas para analisar normativas e padrões de oferta da educação infantil do ponto de vista das relações raciais.

Palavras-chave: Igualdade. Diversidade. Educação infantil. Relações Raciais.

3 Formação de professores

3.1 VIEIRA, L. F.; SOUZA, G.; **Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades**

Resumo: Objetiva-se trazer resultados de pesquisa empírica sobre situações de trabalho e emprego nas instituições de educação infantil no Brasil, evidenciando o caso de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que apresenta oferta em creches e pré-escolas, representativa da realidade dos grandes centros urbanos brasileiros. Efetuou-se o levantamento de fontes documentais, legislação, estatísticas, entrevistas e observações, no intuito de evidenciar as relações entre as tipologias das instituições de educação infantil e as formas de contratação, carreira, salário e condições de trabalho. As situações investigadas se referiram aos estabelecimentos de ensino público (estadual e municipal) e estabelecimentos de ensino privados, segundo as categorias particular, comunitária, filantrópica e confessional. Os estabelecimentos estudados foram escolhidos, segundo amostra intencional, por localização e público preferencial atendido. Informações também foram buscadas junto aos empregadores – públicos e privados e junto às representações sindicais/associativas dos profissionais, nos setores públicos e privados. Evidenciou-se existência de profissionais com *status* e formação/qualificação diferenciados, bem como variadas modalidades de relações de emprego e trabalho, que revelam processo de precarização no exercício profissional na educação infantil. Segmentações no interior do setor público, e entre setor público e privado, reiteram desigualdades históricas no campo. Por outro lado, uma demanda crescente por profissionalização é observada.

Palavras-chave: Trabalho docente. Situação trabalhista. Educação infantil. Educação pré-escolar.

3.2 SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; FILHO, L. M. F.; **Grupos de pesquisa sobre infância, crianças e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações**

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar um mapeamento dos grupos e instituições da área da educação que em 2008 produziam pesquisas sobre a infância, a criança e a educação infantil. Abrange os grupos de pesquisa, os pesquisadores e os projetos de pesquisa da área da educação que tomaram por tema explicitamente a infância, a criança ou a educação infantil no Brasil. Apresenta também uma aproximação aos temas de pesquisa evidenciados nas descrições desses grupos, procurando identificar tanto as permanências quanto possíveis temas emergentes. Pretende-se conhecer a distribuição geográfica, os temas de pesquisa e os pesquisadores que se dedicavam à temática no Brasil.

Palavras-chave: Grupos de pesquisa. Educação Infantil. Infância.

4 Relação família e escola

4.1 RAYNA, S.; Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche

Resumo: Este artigo explora o valor do conceito de participação como elemento-chave para definir qualidade na Educação Infantil e se apoia em resultados de uma experiência de acompanhamento informal de um conjunto de creches parisienses. Essa experiência, estimulada por trocas franco-italianas, foi desenvolvida no quadro da “Proposta para uma política europeia dirigida para crianças pequenas” formulada pela Rede *Enfants d’Europe* em 2008, particularmente nos seus princípios 4 e 10, que consideram participação e aprendizagem mútua como ingredientes centrais de qualidade. Neste texto, o foco se dirige para a participação de profissionais nesse processo, inclusive no interior e no exterior das creches. Mudanças paradigmáticas no que diz respeito ao envolvimento dos pais são analisadas e condições necessárias para tais mudanças são discutidas. O artigo identifica possibilidades e desafios que ambientes informais de coaprendizagem podem oferecer ao campo.

Palavras-chave: Participação. Democracia. Qualidade. Creches. Educação informal.

4.2 SILVA, I. O.; A creche e as famílias: o estabelecimento da confiança das mães na Instituição de Educação Infantil

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a questão do estabelecimento da confiança das mães de crianças de 0 a 3 anos na Instituição de Educação Infantil (IEI) pública. As análises dessa dimensão das relações entre família e Instituição de Educação Infantil foram realizadas tomando a noção de confiança desenvolvida por Anthony Giddens em sua análise das consequências da Modernidade. As análises apresentadas focalizam os sentidos e significados construídos pelas mães a respeito da opção pela creche como alternativa de apoio ao cuidado e educação dos filhos. Sustenta-se em pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas individuais e em grupo com mães de crianças que frequentam instituições públicas de Educação Infantil. As conclusões indicam a agência das mães no processo de construção das relações com a IEI no que diz respeito ao estabelecimento de relações de confiança e da legitimidade da escolha por contar com a IEI pública para seus filhos desde bebês. Tal agência revela-se tanto no empreendimento de ações que reduzam a lacuna de conhecimentos dos familiares sobre a IEI bem como na busca por

construir uma narrativa sobre a Educação Infantil e suas professoras que lhes ofereça maior segurança.

Palavras-chave: Relação creche-família. Compartilhamento. Confiança.